

# RADAR FEMINISTA

## Outubro 2019

Na última semana, as discussões do orçamento mobilizaram as deputadas e senadoras, que tentam recuperar programas e ações de enfrentamento à violência contra mulheres retiradas na proposta do Governo para PPA 2020-2023 e LOA 2020. Os projetos sobre violência contra mulheres continuam em destaque entre os PLs em tramitação, incluindo alguns propostos por parlamentares/partidos de oposição a nós. Poucas propostas do campo dos DSDR avançaram. Nesta semana - de 21 a 25 de outubro - [o projeto de lei que aumenta os casos permitidos de porte de armas é o destaque da pauta do Plenário.](#)

## Câmara Federal

### Direitos Sexuais e Reprodutivos

[PL 3415/2019](#) - **Agrava a pena para venda de remédios abortivos e inclui multa para quem faz propaganda deles.**

**Não foi votado na semana passada pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) e permanece na pauta.** De autoria do deputado Filipe Barros (PSL / PR), o PL teve parecer favorável da deputada Chris Tonietto (PSL-RJ). O projeto tramita no regime ordinário e depois da apreciação das Comissões de Seguridade Social e Família deve seguir para a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania antes de ir para o plenário.

[PL 6022/2013](#) - **Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.**

**Segue aguardando Parecer do Relator** Jorge Solla (PT/BA) na Comissão de Segurança Social

e Família (CSSF). Lembrando que Solla foi favorável ao projeto na legislação anterior e rejeitou todas as propostas que restringiam os direitos das mulheres. 7 propostas tramitam apensadas a esse PL, incluindo algumas de Eduardo Cunha. O Projeto está sujeito à tramitação conclusiva nas comissões e tem regime de prioridade.

PL 4642/2016 - **Institui o Dia Nacional contra o Aborto (com seu substitutivo).**

**Houve mudança na tramitação e o PL foi enviado à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, onde aguarda escolha do relator.**

PL 119/2019 - **Amplia a atuação do Sistema Único de Saúde na saúde integral da Mulher.**

Está na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) para aprovação do substitutivo, que prevê apenas a inclusão da atenção humanizada no SUS. O PL original visava incluir a perspectiva da Política Nacional de Atenção Integral à saúde da Mulher - PNAISM, de atenção humanizada às mulheres em diversas situações e incluía a saúde das mulheres negras, lésbicas e indígenas. Se aprovado na CSSF, segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), sujeita à apreciação conclusiva nas Comissões.

Outros temas do nosso interesse:

## **Violência contra mulheres**

PL 42/2015 - **Reconhece o direito de acesso ao atendimento policial especial ininterrupto como direito fundamental da mulher.**

De autoria de Sergio Vidigal (PDT/ES), está na pauta da CCJC já com parecer favorável. Como é de apreciação conclusiva, não precisa ir à plenário se aprovada na Comissão e segue direto para o Senado.

PL 2737/2019 - **Estabelece prioridade de atendimento social, psicológico e médico a mulheres vítimas de violência.**

De autoria de André Ferreira (PSC/PE), o Projeto está aguardando Deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) e de lá segue para a CCJC em caráter conclusivo pelas comissões.

PL 598/2019 - **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da**

Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção de violência contra a mulher nos currículos da educação básica.

O PL foi aprovado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e agora está na Comissão de Educação aguardando a escolha do relator. Depois segue para a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

...

Na **Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**, foram aprovadas as emendas ao PPA 2020-2023 e à LOA 2020:

**Plano Plurianual 2020-2023:** Aprovada alteração que faz o desmembramento do programa 5034 (a cargo do Ministério dos Direitos Humanos ...) para recriação do programa 2016 (antes vinculado à antigaSPM), para tentar garantir o fortalecimento do combate e prevenção de violência contra uma mulher e melhor execução da Lei Maria da Penha.

Ainda como alteração no PPA, foram previstas ações de prevenção de violência contra a mulher e ampliação de mecanismos de proteção contra exploração sexual, assim como o incentivo a denúncias.

Para a **Lei Orçamentária Anual 2020**, foram aprovadas diversas emendas recriando ações como a de "Prevenção à Violência e Criminalidade contra a Mulher - Nacional", e remanejando recursos para elas. No dia 23 de outubro, outras quatro emendas no mesmo sentido devem ser votadas na CMulher.

*Artigo recomendado: Orçamento 2020 expõe o Bolsonaro das elites.*

[PL 7.559 / 2014](#) - **Cria o Fundo Nacional de Promoção de Direitos da Mulher.**

Aprovado pela CMulher, segue para as comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania - em caráter conclusivo.

## Família

[PL 2577/2015](#) - **Tipifica como crime a conduta da mulher que mentir em ação de guarda dos filhos.**

De autoria do Dep. [Vinícius Carvalho \(PRB/SP\)](#), o PL teve parecer favorável da Dep. Caroline de

Toni (PSL/SC) e está pronto para a deliberação na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC).

## Senado Federal

### Reforma da Previdência

PEC 6/2019 - O Senado deve concluir nesta semana a votação da proposta de reforma da Previdência.

### Direitos Sexuais e Reprodutivos

PL 556/19: Aumenta a pena de aborto com o consentimento da gestante para reclusão de 2 a 6 anos; e cria forma qualificada de aborto de 1/6 a 1/3 se o terceiro provocador for o pai do feto.

O projeto está na pauta da CCJ desde março. Pode entrar em votação em qualquer momento e sua deliberação é terminativa, ou seja é considerado aprovado pelo Senado e segue direto para a Câmara - a menos que haja recurso para que a matéria vá a Plenário do Senado.

Outros temas do nosso interesse:

### Violência contra mulheres

**APROVADO:** PL 423/2018

De autoria de Kátia Abreu (PDT/TO), o projeto determina que a revogação da prisão em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher só pode ocorrer após uma análise psicológica do agressor. O objetivo é verificar o grau de probabilidade de agressor reincidir contra esta ou outras mulheres. Se não houver recurso para apreciação do plenário do Senado, a proposta segue para análise da Câmara dos Deputados.

### Leis sancionadas pelo Executivo

Lei nº 13.882 de 08/10/2019(DOU de 09/10/2019): Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de

2006 (Lei Maria da Penha), para garantir a matrícula dos dependentes da mulher vítima de violência doméstica e familiar na instituição de educação básica mais próxima do seu domicílio.

Lei nº 13.880 de 10/10/2019(DOU de 10/09/2019): Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para permitir a apreensão de arma de fogo sob posse de agressor em casos de violência doméstica, na forma especificada.

CFEMEA

*Copyright © \*|2019|\*, alguns direitos reservados.*

*Se você recebeu este e-mail, é porque está entre os nossos contatos. Para deixar de receber, entre em contato com [contato@cfemea.org.br](mailto:contato@cfemea.org.br).*